

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DE UM PASSADO EM COMUM PARA UM FUTURO COMUNITÁRIO

Quilombola territories: the educational experience of a shared past for a communal future

Fátima Rosane Silveira Souza

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil.

Ana Luisa Teixeira de Menezes

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil.

Matheus da Silva Martins

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil.

Joelita David Bitencourt

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Rio Pardo, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 04/11/2024

Aceito em 08/04/2025

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p97-115>

Copyright (c) 2025 Fátima Rosane Silveira Souza, Ana Luisa Teixeira de Menezes, Matheus da Silva Martins, Joelita David Bitencourt.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](#)

[Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como ser citado (modelo ABNT)

SOUZA, Fátima Rosane Silveira;
MENEZES, Ana Luisa Teixeira de;
MARTINS, Matheus da Silva;
BITENCOURT, Joelita David. Territórios quilombolas: a experiência educativa de um passado em comum para um futuro comunitário. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 50, n. 264, p. 97-115, jan./abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p97-115>

Resumo

Esta escrita tem como inspiração as vivências e os diálogos que o grupo de pesquisa Peabiru: educação ameríndia e interculturalidade tem realizado no quilombo conhecido como Rincão dos Negros, e, a partir daí, refletir sobre o vivido numa perspectiva quilombola, histórica, numa relação intercultural e contracolizadora. Enfatizamos o contexto quilombola na relação com o pertencimento coletivo e problematizamos o Estar-sendo no quilombo Rincão dos Negros, situado em Rio Pardo, no interior do Rio grande do Sul, pensando o movimento como um vetor que caminha numa experiência educativa do passado em comum ao futuro comunitário e que desestabiliza a lógica individualista de nossa sociedade. O quilombo em diálogo vive uma polarização buscando práticas que colaboram na simbolização das dualidades como as das igrejas católicas e as famílias quilombolas e brancas que disputam o mesmo território. A linguagem colonizadora dá-se no pensamento, no enfrentamento das estratégias frente às políticas públicas e no desafio da universidade no processo educativo dos sentidos mais profundos de uma contracolização que dá-se no entrelaçamento entre ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva participante e colaborativa. Desta forma, é que nos propomos a esta escrita colaborativa como uma experiência educativa e intercultural, compreendendo a perspectiva de um pensamento situado numa geocultura que tem como raiz do conhecimento a cultura do solo e das lutas vividas.

Palavras-chave: Território quilombola. Escrita colaborativa. Contracolização. Experiência educativa.

Abstract

This writing is inspired by the experiences and dialogues that the research group Peabiru: Amerindian Education and Interculturality has carried out in the quilombo known as Rincão dos Negros, and from there, to reflect on what is experienced from a quilombola, historical perspective, in an intercultural and counter-colonizing relationship. We emphasize the quilombola context in relation to collective belonging and problematize the Being-being in the Rincão dos Negros quilombo, located in Rio Pardo, in the interior of Rio Grande do Sul, thinking of the movement as a vector that walks through an educational experience of the past in common with the community future and that destabilizes the individualistic logic of our society. The quilombo in dialogue is experiencing polarization, seeking practices that help symbolize dualities, such as the Catholic churches and the quilombo and white families who dispute the same territory. The language of colonization takes place in thought, in the confrontation of strategies in the face of public policies and in the challenge of the university in the educational process of the deeper meanings of a counter-colonization that takes place in the interweaving of teaching, research and extension in a participatory and collaborative perspective. This is why we are proposing this collaborative writing as an educational and intercultural experience, understanding the perspective of thinking situated in a geoculture whose root of knowledge is the culture of the soil and of lived struggles.

Keywords: Quilombola territory. Collaborative writing. Counter-colonization. Educational experience.

INTRODUÇÃO

A aproximação entre o grupo de pesquisa Peabiru¹ e o quilombo Rincão dos Negros se deu a partir da participação no Projeto “Conflitos socioambientais, suicídio e quilombos - estratégias de promoção da saúde mental” - COSQUI², cujo objetivo é analisar os impactos das mudanças climáticas e dos conflitos socioambientais no suicídio, na violência e na saúde mental de comunidades quilombolas a partir da intersecção entre gênero, raça, classe e ciclos de vida. Os conflitos socioambientais e a saúde mental precisam de atenção, uma vez que as populações quilombolas são majoritariamente rurais e vivem em territorialidades marcadas por conflitos.

Uma das questões que têm mobilizado o grupo de pesquisa Peabiru é a escrita colaborativa, a qual pressupõe uma co-autoria entre os envolvidos na pesquisa. Esse modo de escrita foi inspirado em Joanne Rappaport e Abelardo Pacho (2005), desenvolvida por Maria Cristina Graeff Wernz, doutora em educação, e Onorio Isaias Moura, kaingang, mestre em educação (2022), e consolidada como metodologia de pesquisa e de experiência intercultural. Wernz & Moura fizeram um percurso de escrita em co-autoria em diversos artigos e em práticas de extensão, de pesquisa e de ensino, resultando num modo de estar em diálogo continuamente, potencializando ações, afetos e a presença dos kaingang na universidade, na escola e em alguns territórios antes nunca reconhecidos, em um estar intercultural com indígenas.

Outras experiências interculturais seguem esta linha de escrita e de pesquisa e vêm possibilitando evidenciar a força e o valor da história oral, dos depoimentos de mestres e mestras populares que passam a ser evidenciados em seus saberes, nos diversos artigos e publicações advindas de pesquisas que atravessam as fronteiras abissais (Santos; Menezes, 2010). Esta prática de escrita requer um cuidado ético com nossos colaboradores de pesquisa que são centrais em suas mediações com o campo comunitário, nas informações dadas nas

¹ O grupo de pesquisa Peabiru – educação ameríndia e interculturalidade surge de pesquisas, ações e reflexões realizadas em conjunto com coletivos indígenas e não indígenas, na educação, escolas e epistemologias, bem como nas relações interculturais.

² Coordenado pelo Dr. James Ferreira Moura Jr, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Ceará.

entrevistas, nas gravações de suas oralidades e precisam ser mais nomeados, para que se tornem mais visíveis como pensadores e pensadoras de uma vivência totalmente encarnada.

Nosso grupo de pesquisa tem se dedicado aos estudos indígenas há 15 anos e, recentemente, adentramos nos territórios quilombolas. Portanto, a nossa escrita, tendo a compreensão do território como elemento central, discorre sobre o encontro entre uma quilombola, um doutorando negro, uma professora orientadora branca, uma pós-doutora em educação e psicologia (em andamento) branca. Este encontro teve início na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), no curso de agroecologia, onde Joelita estuda, e ampliou-se para o quilombo Rincão dos Negros. Esse movimento tem reverberado em uma proposta de pesquisa que está sendo gestada, evidenciando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na qual somos convocados a adentrar no território quilombola com todos seus símbolos, lutas e práticas. Também temos realizado convites para que Joelita possa partilhar seus conhecimentos nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Esta escrita é, antes de tudo, uma experiência de nos escutarmos e de nos escrevermos, considerando nossas diversidades étnicas.

A escrita tem sido um desafio, pelo pouco contato que ainda temos com o tema, com os e as quilombolas, pelas diferenças que nos constituem e que são expressas nas linguagens do pensar-escrever aquilo que nos toca e nos provoca. Como encontrar um fio condutor respeitando espaços epistemológicos e, principalmente, ontológicos? Encontramos um modo de fazer que está sendo experimentado, no sentido vivencial, de nos nomearmos, visando manter a diversidade de nossos pontos de vista, sem criar uma linearidade de pensamento em nome da escrita acadêmica.

Apresentamos o artigo em gestação nesses fluxos: o primeiro com algumas noções bem iniciais de definições sobre quilombos e territórios, das nossas aproximações com o Rincão dos Negros, no interior de Rio Pardo, região central do Rio Grande do Sul. Depois, a presença de Joelita, alterando nossos pensamentos, contribuindo com um espaço de diálogo nas disciplinas de seminário de “Práticas sociais, organizações e cultura”, no PPG em Psicologia - Mestrado profissional, e na disciplina de Seminário Avançado de “Geocultura do Estar-sendo Americano e Americana”, PPG em Educação - Mestrados e Doutorado em Educação. Tratamos de um movimento entre-territórios quilombo-universidade. A presença-

convite a Joelita para cohabitar o espaço universitário como mestre popular quilombola nos provoca a refletir sobre a prática de uma escrita coletiva, que precisa ser nomeada em suas especificidades. O outro fluxo é a síntese orgânica, que não precisa ser conclusiva, conforme Paulo Freire (2011) pontua em suas práticas de diálogos com os círculos de cultura. Não pretendemos concluir o que acaba de nascer, mas falar da potência dos começos, de algo que nasce como criação de escrita e de uma experiência intercultural.

CONTEXTOS QUILOMBOLAS E A BUSCA DO PERTENCIMENTO TERRITORIAL

No Brasil, a população quilombola é formada por cerca de 1,3 milhão de pessoas autodeclaradas quilombolas, equivalente a 0,65% da população, presentes em 24 estados, em cerca de 30% dos municípios brasileiros. A maior parte dessa população vive na região nordeste e na área da Amazônia Legal. Esses dados populacionais foram conhecidos recentemente, com o primeiro censo da população quilombola, realizado pelo IBGE, em 2022.

Há uma pequena parcela dessa população vivendo em áreas formalmente delimitadas e tituladas; a maioria das comunidades encontra-se exposta à vulnerabilidade social, a disputas por terra e à dificuldade de acesso às políticas públicas básicas, como educação, saúde e transporte público. Embora o direito à titulação dos territórios esteja previsto na Carta Constitucional Brasileira de 1988, esse tipo de processo costuma enfrentar muitos desafios, principalmente em relação aos orçamentos governamentais limitados, ao desconhecimento da cultura quilombola, à dificuldade para implementação de programas voltados a esta população e, principalmente, às disputas políticas em torno das questões fundiárias.

Desde a promulgação da Constituição Brasileira, teve início um movimento pelo reconhecimento territorial, isto é, a atribuição de terras às comunidades quilombolas. Este é um processo gradual de luta pelo reconhecimento do direito e, também, pela aceitação da sociedade em relação às comunidades quilombolas.

O direito ao título das terras é conquistado depois de um amplo processo que atribui o reconhecimento quilombola pelo pertencimento étnico, seguido da emissão de certificação de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, a qual subsidia seu ato por relatórios levantados diretamente com os grupos (Dias, 2022, p. 22).

A regulamentação do dispositivo constitucional ocorreu apenas em 2003, por decreto presidencial que teve sua vigência suspensa até 2018, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade da norma. Ainda assim, as ações governamentais de demarcação costumam enfrentar toda forma de questionamento, principalmente de parte de grandes produtores rurais ou de empreendimentos comerciais diversos, e acabam se prolongando até a titulação definitiva.

A denominação “comunidade remanescente de quilombo” é uma categoria social relativamente recente; se expressa como uma força no Brasil. Outrora conhecidas como comunidades negras rurais (mais no centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais no Norte e Nordeste), elas podem se situar em territórios urbanos e rurais e apresentarem diferentes configurações sociais (Braga, 2021, p. 24).

Na busca por reconhecimento da terra, da história e das memórias, o povo quilombola organiza-se em torno de uma Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, cujas finalidades são lutar pela garantia de uso coletivo do território, pelo desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas que levem em consideração a organização dessas comunidades tradicionais; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos (CONAQ, 2024).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013), a injustiça social e a pobreza emergem como principais causas subjacentes às desigualdades com influência direta ou indireta sobre as condições de saúde e enfermidade das populações. Quando pensamos nas dimensões da saúde da população quilombola e, todo o contexto de luta e opressão, observa-se que a saúde desta população é impactada por fatores como baixo nível socioeconômico, isolamento geográfico e condições precárias de vida e moradia, dificultando o seu desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida.

As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de territórios quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos. (INCRA, 2024)

As comunidades quilombolas têm uma ligação única com o território, seja material ou imaterial, contribuindo para uma forma única de viver, estar e interagir com a Terra. Essa conexão é baseada no respeito à ancestralidade, à preservação das memórias e das histórias, nas lutas e resistências. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA, 2024), as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefine a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

É comum, infelizmente, que as referências aos povos quilombolas sejam reduzidas à palavra “negros”, muitas vezes empregada com desprezo, numa abordagem racista, evidenciando um profundo desconhecimento a respeito dessas comunidades, das pessoas que nelas vivem e de suas histórias. Esse tipo de referência foi empregada pelos colonizadores, como parte do processo de apagamento da identidade, da ideia de “domesticação”, de submissão dessas pessoas (Santos, 2015).

Beatriz Nascimento (2021) nos conta que o Conselho Ultramarino, em 1740, definiu “quilombo” ou “mocambo” como toda habitação de negros fugidos, mesmo que não houvesse ranchos levantados nem pilões (para o trabalho). A ênfase da constituição de um quilombo estava no ato de ser escravizado e fugitivo. Ora, se fugia, a legislação autorizava a prisão e o castigo. Mas sabemos que fugia para não se submeter, não ser “domesticado”.

A tentativa de calar o povo quilombola é antiga e visa abafar muitas vozes, narrativas e memórias. São povos que foram deslocados à força e escravizados em locais remotos, onde se falava um idioma incompreensível. A escravidão também resultou no calar de vozes, como num movimento permanente de lutas e de práticas que afirma os quilombos como locais de resistências históricas à colonização, acolhendo pessoas indistintamente.

O ESTAR-SENDO NO QUILOMBO RINCÃO DOS NEGROS: DO PASSADO EM COMUM AO FUTURO COMUNITÁRIO

O estar-sendo quilombola está associado e constitui-se a partir do território que habita, nas lutas para viver com dignidade e pelo reconhecimento do direito a uma terra, a um modo de vida. Constitui-se na luta política, na compreensão como movimento, na reivindicação pela terra e por um sistema de produção que se contraponha coexista com a lógica capitalista. A luta pela terra é uma das estratégias que reúne a comunidade em torno de uma causa comum e da sua ancestralidade.

Optamos pelo termo estar-sendo, proposto pelo filósofo argentino Rodolfo Kusch (2012), ao invés de identidade, buscando dar conta de uma polarização vivida pela nossa América, que oscila entre o “Ser alguém”, como um modo de afirmar uma identidade diferenciada, influenciada pelo modelo europeu; e pelo “Mero Estar”, que refere um estar fluido presente em diversas alteridades. Esse movimento não busca estabelecer uma identidade fixada, associada ao modo de ser indígena. O autor propõe um “Estar-sendo” como uma terceira via que despolariza essas dimensões na coexistência intercultural, tanto na perspectiva externa de convívio com diferenças, como na subjetivação e na introspecção de um modo de existir, de pensar, de sentir e de experienciar um sentido de comunidade. Percebemos que o Rincão dos Negros vive essa tensão dessas polaridades ao buscar uma dimensão de estar sendo em seu território.

Na história do Rincão dos Negros, a pesquisadora Alessandra Quadros (2022), a partir das entrevistas que realizou, relata que a terra foi uma doação de Jacinta Souza, antiga proprietária da Fazenda, a 80 escravos. Os documentos que comprovam essa doação foram queimados, evidenciando a violência presente nesse processo. As entrevistas também dão conta de outras formas de disputas que produziram uma desarticulação dos moradores e moradoras do quilombo, e até mesmo a desterritorialização, como fugas, roubos de madeira por parte de fazendeiros próximos e mortes. O medo, a coerção, as ameaças e a violência física levaram à desmobilização da comunidade, ocasionando a venda das terras por preços inferiores ao valor de mercado e ao acúmulo de dívidas. Até o momento, embora a comunidade tenha obtido sua certificação junto à Fundação Cultural Palmares, ainda não alcançou a titulação do território, que é o registro da propriedade do território em nome da associação comunitária quilombola, garantindo a posse definitiva da terra.

A Comunidade Quilombola de Rincão dos Negros tem seu reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares, na folha n.89 -IC 29.000.00117/2003-30 e no processo no INCRA 54220000398/2005-31. É de fundamental importância a titulação das terras no Quilombo para que outras iniciativas, direitos e políticas públicas possam ser implementadas, potencializando e fortalecendo desta forma o território quilombola, dotado de simbologias e memórias (Quadros, 2022, p. 17).

A própria relação de disputa com o território e com as igrejas demonstra essa polarização de ser alguém e do mero estar. Para Alessandra Quadros (2022) a existência de duas igrejas católicas, Nossa Senhora de Imaculada Conceição e Capela de Nossa Senhora da Bela Cruz (a “Igreja dos Negros”), simboliza a dimensão religiosa das negociações da

memória desta comunidade. Essa dubiedade é notória e representativa de um modo de coexistência intercultural em permanente estado de marcação de diferenças de territórios, ainda que sejam tão próximos.

QUILOMBO RINCÃO DOS NEGROS: A LUTA DIÁRIA PELO TERRITÓRIO

O relato de Joelita³ sobre o quilombo:

Certa vez, um padre tentou unir negros e brancos numa só igreja e disse que não rezaria a missa se a comunidade não se juntasse. Então, a cada semana, ele rezava a missa em uma das igrejas. Por um tempo, funcionamos assim... mas quando iniciou o processo de legitimação das terras para os quilombolas, foi construída uma cerca para delimitar os espaços e as igrejas... a luta é diária. Tenho que estar permanentemente diante das autoridades e estas me perguntam como eu sei de coisas que eles mesmos não sabem.

Na comunidade, vivem 25 famílias distribuídas em 571,86 hectares, em meio às da família dos descendentes da dona Jacinta. Ao observarmos o mapa utilizado para a demarcação, ficam evidentes os espaços territoriais que embasam as disputas entre os quilombolas e a família da Jacinta, representando a situação em que a sociedade vive na apropriação voraz desses espaços pela propriedade privada. A luta entre a perspectiva comunitária e a individual torna-se evidente, inclusive, com todas as contradições presentes entre ser proprietário e ser morador de terras. A garantia jurídica do território é difícil de ser resolvida, apesar de tantas lutas e estratégias para que isso aconteça.

Ao refletirmos sobre as tantas idas e vindas e os estudos e levantamentos realizados, percebemos uma luta heroica, histórica e também mítica, como desenvolve Ford (1999) sobre a jornada dos negros e negras como uma aventura heroica, uma trajetória intensa para dar conta das circunstâncias de sobrevivência e de questões mais amplas e permanentes.

A ancestralidade gera um vínculo cada vez mais forte do quilombola com o solo onde vive, com a terra onde habita e que é parte de uma história de existência e resistência. Este vínculo fortalece as batalhas reivindicativas, ajuda a superar obstáculos e a enfrentar desafios

³ As contribuições de Joelita encontram-se grafadas em itálico para destacar sua autoria.

na e da comunidade. Trata-se de uma conexão com o solo, o reconhecimento de sua história e a sensação de pertencimento à comunidade. “Ser remanescente de quilombo significa uma construção histórica; ou seja, o quilombo é o espaço de resistência e de inserção dos seus moradores etnicamente diferenciados” (Braga, 2021, p. 25).

Esse enraizamento ao solo, que influencia, inclusive, no modo de pensar sobre a existência, Rodolfo Kusch (2012) denominava de geocultura. Embora esse autor abordasse em suas obras, mais as questões com os populares da América, suas reflexões sobre geocultura dizem muito sobre nosso apego ao solo em que vivemos e o quanto esse enraizamento influencia em nosso modo de estar na vida, de pensar, de se relacionar. A relação quase que magnética ao solo do quilombo se reflete em toda uma existência, inclusive da comunidade.

Kusch se refere a dois modos de nos situarmos na cultura: como sujeitos com cultura e sem cultura. Os primeiros são aqueles que pensam a partir de suas vivências territoriais; os demais representam grande parte dos intelectuais que precisam importar teorias para justificar um determinado tipo de saber. Para Rita Segato (2022), essa luta pelo território pode ser vista como um vetor vindo de um passado comum caminhando na direção de um futuro comum. Simbolicamente, essa caminhada é tão potente que influencia até mesmo no retorno das pessoas ao quilombo.

Sabemos que, muitas vezes, por questões de trabalho, estudo ou por falta de políticas públicas básicas, as pessoas precisam migrar para os centros urbanos. Com o tempo, acabam sentindo necessidade de retornar para este caminhar coletivo, que une o passado em comum e o futuro comunitário. O presente é uma experiência educativa repleta de contradições, resistências e aprendizados diários, que envolvem a busca pela efetividade da políticas públicas (educação, saúde e segurança) e o plantio da terra. Segundo Quadros (2022), a comunidade dedica-se de forma diferenciada às práticas agroecológicas desde a plantação à comercialização desses produtos. Para a autora, a agroecologia é um potencial epistemológico que representa um pensamento contra-hegemônico à monocultura estabelecida nos territórios lindeiros ao quilombo. As práticas agroecológicas estão associadas à sustentabilidade e à justiça social e, além de viabilizarem recursos econômicos, promovem uma comunicação solidária entre as comunidades quilombolas.

Também sabemos que nem todos os que se encontram no território quilombola são negros, pois as relações interculturais vão ampliando a composição dessas populações. Considerando que as estatísticas são baseadas em autodeclaração, a permanência dessas pessoas no território também envolve esse reconhecimento. Essa situação nos faz pensar em um lugar de acolhimento e de ampliação de aprendizagem para além dos quilombolas tradicionais; trata-se de um estar territorializado, em constituição comunitária, com todos os seus conflitos.

ENTRE TERRITÓRIOS QUILOMBO E UNIVERSIDADE: ESCRREVENDO, PESQUISANDO E PENSANDO NUM ESTAR COMUM

O entre é um lugar de vivacidade, de uma pluralidade inquietante que aguça a alteridade pela afirmação e um gosto de não saber. O quilombo e os quilombolas têm nos colocado neste lugar de pensar de forma situada. Rita Segato (2022), em seu livro “Cenas de um pensamento incômodo” nos fala nascem uma inquietação e um desejo de fazer-com. É paradoxal e intrigante o quanto este entre nos situa num território simbólico dos quilombos.

Da densidade de um fluxo do comum que o território evoca, adentramos na perspectiva da escrita colaborativa e intercultural, e das aprendizagens havidas nos diálogos e nas vivências, no quilombo e na universidade; trazemos relatos de história de vida e de percepções de mundo que se potencializam no ato desta escrita conjunta.

Na minha história de vida, o contato com a natureza e com a agricultura foi muito marcante. Marcante na minha vida, hoje, na vida da minha mãe, da minha vó. Hoje, a agricultura ajuda na minha subsistência. Como referência da comunidade, atuo no espaço de presidente do quilombo, isto é, da associação comunitária. Sou acadêmica do curso de bacharelado da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, no curso de agroecologia. Algo importante do quilombo, no qual eu moro, é que este se constituiu através de um processo de doação. O quilombo de doação é uma das formas de constituição de uma comunidade quilombola. É um quilombo que, historicamente, a escravagista da época fez uma determinada doação de um certo número de hectares para os escravos recém-libertos, aproximadamente cerca de 80 escravos, dentro do contexto da escravidão. Na minha vida, o ato de voltar para a minha terra, ou seja, o espaço onde cresci, é fazer um movimento de significação desta terra e

luta pelos direitos do quilombo. Esta luta é uma resistência. É, ao mesmo tempo, um ato de agradecer a cada dia por estar vivo.

Os desafios são, principalmente, questões de políticas públicas, que dificilmente chegam até os quilombos, como acesso e garantia de direitos. A liderança luta pelo direito coletivo da comunidade. Luta através dos espaços da assistência social, saúde e educação, dentre outros. Vamos lutar. Estou inserida nestes espaços: conselho da saúde, do município, da assistência social, do conselho da mulher e da cultura. Busco, como liderança, estar em vários espaços públicos para garantir a busca e a efetivação dos nossos direitos.

Ser presidente é ser uma representante da comunidade e, neste sentido, a comunidade vai estar sempre junto a mim, isto é, a comunidade tem que vir junto. Ou seja, estamos na luta todo o dia pelo reconhecimento da história e da luta pela terra em comunidade.

O reconhecimento e o pertencimento quilombola acontecem na comunidade, no viver comunitário. Uma relação repleta de enfrentamentos e contradições. Na complexidade destas relações, há o cultivo do cuidado e do respeito à ética do coletivo. Observamos uma contradição entre duas situações: de um lado, um movimento intenso, de estratégias, de enfrentamentos, por acesso às políticas públicas, um campo de conflito. De outro, uma invisibilidade e uma separação frente à sociedade como um todo, como se fossem territórios que não se comunicam, embora estejam em permanente correlação e interação. Compreendemos o fenômeno do não reconhecimento do quilombola como uma forma de diminuição de sua importância, do apagamento de sua história e da inviabilidade de alternativas comunitárias de vida.

Um dos enfrentamentos centrais em que os quilombos estão envolvidos é o da luta e da significação do território dentro de um sistema altamente individualista, mercantilista, o desafio cotidiano de construção da vida comunitária. Além dos desafios e das contradições próprias do viver comunitário, percebemos o impacto da multiplicidade de pensamentos e de modos de vida que complexificam a constituição do território. O maior deles é o de não ter o reconhecimento quanto à legitimidade da presença na terra por parte da vizinhança e das autoridades políticas frente ao habitar cultural dos quilombos.

A cultura, na perspectiva de Kusch (2012), é pensada como uma função existencial que possibilita a criação de projetos, no qual as pessoas instalam os sentidos de existir, de

habitar, como um horizonte simbólico que se constitui em oposições. Um dos opostos trazidos pelo autor é o de ser alguém e o mero estar, de ação e de resignação, de negação e de afirmação. Também nos leva a pensar que a cultura não é apenas um fenômeno racional, mas também inconsciente. E como os quilombolas encontram símbolos que os ajudem a conciliar essas oposições? A própria nomeação da associação comunitária quilombola como Jacinta Souza, a antiga senhora dos escravos e dona das terras, nos indaga a respeito do habitar. Percebemos a gratidão dos quilombolas em torno da doação da terra feita pela Jacinta, sendo cotidianamente lembrado. Esta presença simboliza um lembrar permanente da condição histórica de escravos? Esta memória acirra a dependência ou um movimento de autonomia? Os quilombolas encontram-se em lugares de silenciamentos ou em espaços de difíceis enfrentamentos? Como podemos repensar ou contracolonizar o pensamento e a prática em torno do pertencimento étnico que “garante” o reconhecimento e a posse das terras dos quilombolas?

A CONFLUÊNCIA DAS HISTÓRIAS NEGRAS COMO UM MOVIMENTO CONTRACOLONIAL

Como pensar a escrita colaborativa como um método? O que a constitui? Estas indagações são centrais no encontro entre o grupo de pesquisa Peabiru e, mais especificamente, o pesquisador negro e a liderança quilombola, ambas co-autores deste artigo. Não usamos o termo entrevista, tendo em vista a autoria coletiva produzida, mas os registros e os sentidos de um diálogo que tem sido vivenciado no território quilombola.

Verificamos que é fundamental revisitar e evidenciar as histórias como forma de pertencimento e enraizamento pessoal e coletivo. Quando esse encontro acontece, indagamo-nos: quem somos? De onde viemos e para onde vamos? O que constitui a potência de dizer-se?

A negação da negritude resulta de um processo histórico de colonização e de apagamento da memória. A identificação e o reconhecimento são um processo de autoconhecimento, de pertencimento e de consciência de si no mundo, como experiência vivida na história. A condição de ser negro está encarnada e foi sendo potencializada no encontro com a Joelita. No meu caso, sabia que era negro, mas este reconhecimento estava silenciado, por toda a violência e dor que isso envolve. Vivenciar uma situação de racismo,

por exemplo, nos trava, pois é uma ação violenta de inferiorização, de não validação do ser pela cor da sua pele; gera sofrimento, ataca a autoestima e o reconhecimento de si.

Antônio Bispo dos Santos (2023) reflete sobre o ser quilombola, as memórias e as cosmologias quilombolas a partir de uma epistemologia contracolonial. Lembra que a educação colonizadora leva ao apagamento da memória ancestral para constituir outras memórias. Como resposta, ele propõe o processo contracolonial para a valorização da história, da religiosidade, do sagrado e da ancestralidade que a colonização quer apagar. Trabalhar com novos significados para as palavras, novos movimentos epistemológicos, é uma oportunidade de reinterpretar as denominações, de desafiar as palavras coloniais com a intenção de torná-las contracoloniais.

Quem somos nós, negros e negras, dentro da sociedade - importantes ou necessários? Quem vive na cidade, se considera importante; no quilombo, se sente necessário. As pessoas importantes acham que as outras existem para servi-las; as pessoas necessárias fazem falta, são procuradas e aguardadas (Santos, 2023).

Bell Hooks (2019) nos ensina que o ato de levantar a voz é uma ação de resistência e luta. As ações de silenciamento impedem as pessoas de conhecerem e compartilharem a própria história. E a fala é fundamental para a transformação e para evitar o apagamento da memória. São lutas coletivas, feitas por várias vozes e não acontecem no silêncio mas na expressão das próprias contradições, como no exemplo a seguir.

A religião professada no quilombo é a católica e o fato de Jacinta ter doado a terra vinculou ainda mais o sentimento de gratidão à devoção religiosa.

Os negros que receberam terra da dona Jacinta rezavam na cruz junto com ela, aceitaram desde o princípio o catolicismo como sua primeira religião. Fizeram cobertura em cima da cruz de madeira e colocaram a cruz de pé, estavam determinando a religião católica como religião matriz, religião Mãe do quilombo (Joelita apud Quadros, 2022, p. 55).

Como podemos pensar em contracolônização a partir de vivências tão profundas de submissão, envolvendo fé e vínculos afetivos?

A confluência da vida e do conhecimento é gerada e experimentada sob uma perspectiva coletiva. Esta vivência nos conduz a um objetivo comum: a preservação da memória e da história do quilombo Rincão dos Negros que acontece através do compartilhamento, da troca de experiências, de sonhos, de ações conjuntas; de encontros,

de sentimentos e vivências. Essas trocas propiciam a reciprocidade, algo com potencial de se multiplicar.

De acordo com o filósofo, educador, escritor, quilombola, ativista e autodidata Nêgo Bispo, como era conhecido Antônio Bispo dos Santos (2015), a expressão "confluência" se contrapõe ao colonialismo, tornando-se um símbolo de vida, não de submissão. A lei da convivência é a confluência. Certa vez, conta o autor, um investigador de Cabo Verde questionou como seria possível contracolonizar utilizando a língua do colonizador. A resposta do autor sugeriu o enfraquecimento das palavras que remetem à colonização, e "vamos pegar as nossas palavras e potencializá-las" (Santos, 2015, p. 8).

O pensamento contracolonizador serve para proclamar uma nova realidade e denunciar um pensamento de submissão. As ações de resistência do povo quilombola visam à valorização e ao respeito à memória e à história de sua comunidade e de seus ancestrais. Com este estudo, procuramos o significado e a simplicidade da vida como um todo. O movimento contracolonial promove a vivência existencial, uma vivência com significado.

O registro do pensamento do pesquisador e autor negro, neste artigo, também está registrado em itálico:

Enquanto pesquisador negro, a dimensão histórica é crucial, já que, por meio das leituras, reflexões pessoais sobre a minha vida e sobre os quilombolas consigo identificar diversas conexões nos elementos da formação da nossa história e nos processos de luta e resistência para transformar os locais onde habitamos. Depois de ouvir Joelita David Bitencourt, percebi que, de certa forma, as nossas histórias se entrelaçam em um contexto de luta pela terra, pelo respeito à nossa história e na busca incessante pelo reconhecimento da nossa identidade. Reconhecer-se como negro é um processo de luta contra a cultura da inferioridade. Essa cultura que também atravessou a história inferiorizando e desvalorizando o povo negro. Assim, a comunidade quilombola é constituída através de lutas históricas contra a cultura da inferioridade. Uma cultura que atravessou muitos anos e ainda persiste em certos espaços da nossa sociedade.

Durante minha visita ao quilombo Rincão dos Negros, a história de luta pela terra e a relevância da religiosidade para os quilombolas desta comunidade me impressionaram e impactaram tanto como pessoa quanto como pesquisador. Os territórios quilombolas "São comunidades que resultam da insurgência das comunidades negras, rurais e urbanas, que

resistem aos artifícios de apagamento material e simbólico [...]”. (Quadros; Karnopp; Cadoná, 2022, p.231).

CONSIDERAÇÕES ORGÂNICAS

O movimento do grupo de pesquisa Peabiru: educação ameríndia e interculturalidade em direção aos quilombos reflete uma busca de ampliação de aprendizagens do solo que nos habita. Dos estudos indígenas aos quilombolas, buscamos aprofundar as percepções acerca do sentido de habitar esta América e de ultrapassar as fronteiras do pensamento abissal (Santos; Menezes, 2010). O encontro com os quilombolas opera como um ato intercultural e educativo para reconhecer e dar significado à história e aos direitos das pessoas e uma forma de valorizar e contribuir para a construção de sentidos do viver comunitário. Do ponto de vista epistemológico, a universidade contribui e avança para dar significado à história, à memória e à reconstituição de um pensamento popular.

As estratégias de desvalorização e negação históricas dos quilombolas visam generalizar e obscurecer as narrativas e recordações anteriores à colonização. A negação enfraquece a noção do território comum, o passado e o futuro do povo. Agir de forma contracolonizadora significa valorizar o trabalho humano, inclusive com suas fragilidades, e fortalecer as buscas e trajetórias dessas comunidades e o seu agir coletivo. Desta forma, podemos refletir a respeito do sentido da religião, da espiritualidade, da terra, da escravização e da autonomia.

Pensar o quilombo a partir da comunidade e da existência é uma maneira diferente de trabalhar e pode ser nomeada de contracolonização, como o fez Nêgo Bispo, que desenvolve seu pensamento vinculado à vida, ao cotidiano e à sua história. A contracolonização trabalha com palavras e ações que vão de encontro à colonialidade, num exercício educativo de uma linguagem que inverte o pensamento.

Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolonização, assim por diante (Santos, 2023a, p.3-4).

A construção da trajetória quilombola é um convite para relembrar uma história de resistência comum e de produzir significados frente ao sofrimento. A perspectiva colonialista propõe-se a apagar essa história comum e fundamentar a submissão de um povo num plano individualista e desigual. O quilombo Rincão dos Negros, a partir de suas práticas nas associações de mulheres, nas produções agroecológicas e nas partilhas de suas narrativas, convida-nos a considerar as quilombolas como um povo de resistência, de passado, de presente e de uma história a ser compartilhada no futuro, por meio de um processo contínuo de reelaboração. A comunidade vive uma busca permanente por organização, a partir dos fragmentos das memórias e das histórias vividas, e também recompõe a potência de narrar e pensar os caminhos a trilhar.

Ora, se na Constituição Federal de 1988, o termo quilombo, anteriormente empregado com uma conotação depreciativa, agora “reaparece agora como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios sujeitos quilombolas” (Santos, 2015, p. 95). Houve uma ressignificação do termo, dando outro impulso às reivindicações e aos processos demarcatórios. As pessoas quilombolas se tornaram sujeitos de direitos, e passaram a ter uma outra perspectiva de re-existência.

O ato de rebelar-se a determinadas situações é mais do que um ato de resistência, torna-se um ato de re-existência, como como nos ensina o pensador afro-colombiano Adolfo Alban Achinte,

La re-existencia implica entonces vivir en condiciones “otras”, es decir en procesos de adaptación a un medio hostil en diversos sentidos y a un poder colonial que intentaba a toda costa reducirlos y mantenerlos en su condición de “cosas” y/o mercancías (Achinte, 2012, p.30).

A de(s)colonialidade é uma opção epistêmica, ética, estética e política que busca promover a re-historização crítica ao estudar os fenômenos sociais, considerando-os dentro de um sistema social que teve seus modos de ser e de trabalhar influenciados pelas relações de exploração e dominação, desde o período colonial. Reconhece-se uma dimensão que ainda perdura nas relações de poder, do ser e do saber estabelecidas nos países latino-americanos, como descreve Aníbal Quijano (1992), mesmo após a superação do colonialismo em seus aspectos formais e políticos na maioria dos territórios.

Nego Bispo, Joelita e Matheus nos provocam a pensar o ser negro e o quilombo a partir de sua existência e da comunidade, dos enfrentamentos e das aprendizagens na defesa

de seus direitos e na luta por tratamento digno ao seu povo, num processo educativo de contracolonização, em que possam acolher as dores do passado comum em direção à elaboração enraizada de práticas, afetos e espiritualidades que dêem sentido às vivências comunitárias do quilombo.

REFERÊNCIAS

- ACHINTE, Adolf Aalban. Epistemes “otras”: epistemes disruptivas? *Revista KULA. Antropólogos del Atlántico Sur*. Abril de 2012, n. 6, pp. 22-34. Disponível em: http://www.revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6_2_ALBAN_ACHINTE. Acesso em agosto de 2019.
- BRAGA, Elza Maria Franco. *Olhares sobre a comunidade quilombola Serra do Evaristo: trajetória, descobertas e construções identitárias*. Organizado por Elza Maria Franco Braga - Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 2021.
- CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Finalidade/Missão. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/iniciativas-de-governo-aberto/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/coordenacao-nacional-de-articulacao-das-comunidades-negras-rurais-quilombolas-conaq> Acessado em: 17 de outubro de 2024.
- DIAS, Luciene de Oliveira. *Aquilombamento* [Ebook]. Goiânia: Cegraf, UFG, 2022.
- FORD, Clyde. W. *O herói com rosto africano: mitos da África*. São Paulo: Summus, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2022. População; Quilombolas*. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016> Acesso em 17 outubro 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos*. Brasília: INCRA, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processos_abertos.pdf/view
- KUSCH, Rodolfo. *Geocultura del hombre americano*. Rosario: Editorial Fundación Ross, 2012. 232 p.
- MOURA, Onório Isaías de. WERNZ, Maria Cristina Graeff. Narrativas ancestrais kanhgág: o entrecruzar de dois mundos (Educação e Interculturalidade). Porto Alegre, CirKula, 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Organizador: Alex Ratts. Editora Zahar, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Plano de ação para a saúde mental 2013-2020. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/action_plan_2013/en/

QUADROS, Alessandra. de; KARNOPP, Erica; CADONÁ, Marco, André. *Memória e identidade social em Comunidades Quilombolas: uma análise das negociações da memória no Quilombo Rincão dos Negros – Rio Pardo/Rio Grande do Sul*. Patrimônio e Memória. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP). Assis, SP, v. 18, n. 2, p. 223-245, julho-dezembro de 2022.

QUADROS, Alessandra de. *Memória Social, Agroecologia e Comunidades Quilombolas: uma análise a partir da experiência do Quilombo Rincão dos Negros – Rio Pardo/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2022.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y modernidad/racionalidad*. Perú Indígena, Lima, v.12, n. 29, p. 11-20, 1992.

RAPPAPORT, Joanne; PACHO, Abelardo Ramos. *Una historia colaborativa: retos para el diálogo indígena-académico*. Revista Historia Crítica, n. 29, Bogotá, jan./jun. 2005. (REVER)

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023a. 112 pp.

SANTOS, Antônio Bispo. dos. *Colonização, Quilombos modos e significados*. Universidade de Brasília: Brasília, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SEGATO, Rita Laura. *Cenas de um pensamento incômodo*. Gênero, cárcere e cultura em uma visada colonial. 1. Rio de Janeiro.: Bazar do tempo, 2022. 252p.

Dados de autoria

Fátima Rosane Silveira Souza

Doutorado em Educação. Pós-doutoranda no PPG Mestrado Profissional em Psicologia (UNISC). Grupo de pesquisa Peabiru - Educação ameríndia e interculturalidade (UFRGS/UNISC). Bacharel em direito, licenciada em letras. E-mail: fatimars11@gmail.com. Orcid: <<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-6885-6724>>.

Ana Luisa Teixeira de Menezes

Doutorado em Educação (UFRGS), vice-líder do grupo de pesquisa Peabiru: educação ameríndia e Interculturalidade, professora dos Programas de Pós-graduação em Educação e Psicologia da Unisc. Bolsista

Produtividade CNPq. E-mail: analuisatdm@gmail.com; luisa@unisc.br. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-9777-0022>>.

Matheus da Silva Martins

Doutorando, bolsista PROSUC/CAPES (cód. 01) do Programa de pós-graduação em Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), na Linha de pesquisa: Linguagem, experiência intercultural e educação: (LEIE), no grupo de pesquisa: Peabiru: Educação Ameríndia e Interculturalidade. E-mail: matheusmartins@mx2.unisc.br Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-8881-7781>>.

Joelita David Bitencourt

Graduanda no Bacharelado em Agroecologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e liderança no Quilombo Rincão dos Negros, na cidade de Rio Pardo - RS. E-mail: joelitadavidbitencourt4@gmail.com.